

País deve pedir US\$ 3 bilhões

ASSIS MOREIRA

O governo brasileiro pretende negociar com o Fundo Monetário Internacional — FMI — um programa de ajustamento econômico que pressupõe a necessidade de cerca de US\$ 3 bilhões de recursos novos este ano, para fechar o Balanço de Pagamentos e assegurar espaço para o crescimento econômico de 4%, revelou fonte do Palácio do Planalto, com acesso ao presidente José Sarney.

Para viabilizar esse esquema, o ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, iniciou um trabalho "político-diplomático" para obter o apoio do governo norte-americano e derrubar barreiras e resistências levantadas pelo Fundo Monetário Internacional. Para o Brasil, é imprescindível a colaboração dos EUA, principal credor do País, para que o FMI flexibilize o grau de ajustamento que exige do País.

O presidente José Sarney, conforme fonte palaciana, não está preocupado em fechar um acordo rápido com o FMI. "O importante é fechar um acordo bom, que não comprometa a retomada econômica", afirmou textualmente o presidente. Sarney também afirmou que não pretende queimar reservas internacionais, estimadas hoje em US\$ 8,4 bilhões: "É o nosso cacife para uma negociação melhor". A perspectiva, porém, é de que o País queimará reservas num total inferior a US\$ 600 milhões.

"Dinheiro novo"

A cúpula econômica discute o momento para que o País solicite "dinhei-

ro novo" aos bancos credores. Para a Seplan, esse pedido deve ser feito conjuntamente à renegociação plurianual que se deve realizar após o acordo com o FMI. A Fazenda sugere primeiro, assegurar o reescalonamento de US\$ 45,3 bilhões.

Fonte do Palácio do Planalto está convencida, por sua vez, de que o Brasil não contará com a ajuda dos bancos pequenos. "O dinheiro terá que vir dos grandes bancos, sobretudo dos dez principais bancos dos Estados Unidos", frisa. Para o ex-diretor da área externa do Banco Central, Sérgio de Freitas, que passou um mês no cargo, o Brasil não tem como abrir mão de "dinheiro novo".

No atual governo já houve avanço nessa questão. O ministro da Fazenda do governo anterior, Ernane Galvães, chegou a declarar que nos próximos cinco anos o Brasil não recorreria ao sistema financeiro internacional. Por uma razão que o economista Luís Gonzaga Beluzzo esclareceu esta semana, na Câmara: os banqueiros só aceitariam emprestar, depois de reduzida a dívida em termos reais.

As negociações empreendidas pelo novo governo, no entanto, já eliminaram essa restrição ao pedido de dinheiro novo. Agora, trata-se de avançar um pouco mais. Além do programa econômico, embutir a necessidade de empréstimos externos na análise das contas externas do País, a ser introduzida na Carta de Intenções, ressaltando o papel do "new money" para assegurar a retomada do desenvolvimento.

O "dinheiro novo" livrará o País de um ajustamento interno mais drástico,

compatibilizando o compromisso da Aliança Democrática, com o acordo com o FMI. Até 1982, o Brasil crescia porque obtinha poupança externa em nível equivalente ao déficit público. Esse equilíbrio foi rompido após a crise deflagrada pelo México. Hoje, a situação é caótica: a poupança externa representará este ano 0,5% do PIB, enquanto o déficit público alcançará 7%.

Houve um crescimento exagerado do Estado, durante o regime militar, como também ao apagar das luzes do regime anterior eles não conseguiram reduzir as despesas públicas, mesmo sem contar com poupanças externa e interna. A situação agora impõe, de fato, necessidade de novos empréstimos ou, então, de refinanciamento de um parcela de juros.

Juros

Sobre os juros, a Seplan defende abertamente a capitalização, enquanto a Fazenda recomenda cautela. No Palácio do Planalto, garante-se que o presidente da República nunca falou sobre o assunto. E, no Congresso Nacional, há crença generalizada de que não haverá renegociação aceitável e compatível com os compromissos assumidos pela Aliança Democrática, se o País abrir mão de "dinheiro novo" ou do refinanciamento de uma parcela dos juros.

O governo brasileiro, realista, até agora tem reivindicado a intervenção das instituições multilaterais e dos bancos centrais das nações credoras. Mas também não deu prosseguimento a uma proposta levantada pelo presidente do Federal Reserve, de Nova

York, Antoni Salomon, para que os países devedores paguem os juros a taxas históricas, 7%, e capitalizem o excedente. Garante Luís Beluzzo, economista do PMDB, que Paul Volker, presidente do Banco Central Americano, é simpático à proposta.

O governo quer evitar bravata na negociação da dívida, mencionando o exemplo argentino: em novembro de 1983, Alfonsin deflagrava a tentativa de impor aos bancos credores o pagamento dos juros equivalente a 25% do valor das exportações, pagamento dos juros a taxas históricas e resistência ao FMI. Hoje, o país está sob "economia de guerra". Von Doellinger, secretário-adjunto da Fazenda, recomenda cautela para que o país não enfrente dificuldades imediatas, com os bancos suspensos o crédito interbancário de US\$ 8 bilhões e encerrando as linhas de curto prazo de US\$ 15 bilhões. Entre a maioria dos parlamentares, a proposta é de unidade com os outros devedores, para renegociação política e conjunta.

O Brasil não pode continuar exportando liquidamente capital, na medida em que aumenta o pagamento de juros e recebe recursos novos em montante bem inferior. E Sérgio de Freitas, ex-diretor do Banco Central, reitera que o País não pode continuar produzindo para exportar liquidamente US\$ 10 bilhões ao ano. Fica claro, portanto, que o "não à recessão, ao desemprego e à fome" prometido por Sarney passa por uma negociação da dívida externa que embuta a captação de novos empréstimos externos em 1985.

(Brasília-Ag. Estado)

em
C85